



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, de 2023

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de Audiência Pública com vistas a debater a **gestão de pessoas com deficiência e neurodivergentes da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.**

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara Federal, que seja realizada por essa Comissão, a Audiência Pública com vistas a debater **a gestão de pessoas com deficiência e neurodivergentes da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.** Sendo assim, sugere-se que sejam convidados (as) as pessoas e representantes dos órgãos indicados a seguir:

- I. Representante do Contraf;
- II. Representante do Sindicato dos Bancários;
- III. Representante do Ministério Público do Trabalho;
- IV. Dra. Ana Magnólia Mendes – Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST) – Universidade de Brasília;
- V. Ludmila Reis Brito Lopes – Procuradora do Ministério Público do Trabalho MPT.

**JUSTIFICATIVA**

Como é sabido, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil são duas instituições financeiras de grande relevância em nosso país, com um papel fundamental na vida dos cidadãos brasileiros. Ambas as instituições têm a obrigação de cumprir a lei de cotas





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

para pessoas com deficiência, bem como de garantir a inclusão dessas pessoas em seu quadro de funcionários.

No entanto, muitas denúncias têm sido feitas em relação à gestão desses funcionários, tanto na Caixa Econômica Federal como no Banco do Brasil. Entre as denúncias, destacam-se a falta de acessibilidade nos ambientes de trabalho, a falta de adaptação razoáveis para garantir a inclusão, a dificuldade de ascensão na carreira, entre outras.

Dessa forma, se faz necessário debatermos amplamente essa questão, buscando entender as dificuldades enfrentadas pelos funcionários com deficiência e neurodivergências dessas instituições financeiras, bem como identificar as melhores práticas para garantir a sua inclusão e bem-estar no ambiente de trabalho.

Isso posto, e considerando a inegável relevância do tema proposto, requeiro a realização de audiência pública, para que ele possa ser amplamente discutido.

Sala da Comissão, em 12 de maio de 2023.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

